

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 149, DE 2019

(do Poder Executivo)

ESTABELECE O PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO E TRANSPARÊNCIA FISCAL, O PLANO DE PROMOÇÃO DO EQUILÍBRIO FISCAL, ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000, A LEI COMPLEMENTAR Nº 156, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016, A LEI Nº 12.348, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010, A LEI Nº 12.649, DE 17 DE MAIO DE 2012 E A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.185- 35, DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

EMENDA DE PLENÁRIO

Acrescente-se o seguinte artigo, onde couber, ao texto do substitutivo do Relator ao PLP 149/19:

“Art. Os entes da federação que tenham instituído contribuições de iluminação pública com base no Art. 149-A da Constituição Federal poderão desvincular extraordinariamente, no período do estado de calamidade pública, até 30% (trinta por cento) dos recursos desse tributo em ações de combate ao COVID-19.”(NR)

Sala das Sessões, em de abril de 2020.

Deputado **MILTON VIEIRA**
(Republicanos/SP)